
**ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DAS AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DA MICRORREGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ – SC, NO
PERÍODO DE 2000 À 2010**

José Ricardo Gonçalves¹

Anielle Gonçalves de Oliveira²

RESUMO

As Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs), antes chamadas de Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), foram criadas tendo como missão motivar a integração e a participação da sociedade para, de forma planejada, implementar e executar políticas públicas no estado de Santa Catarina. O presente artigo busca analisar e comparar os principais indicadores de desenvolvimento socioeconômicos das ADRs que estão localizadas na microrregião do Alto Vale do Itajaí - SC, no período de 2000 à 2010. Dentre os indicadores foram analisados o Índice Populacional, o IDHM, Renda *per capita* e índice de GINI. Os municípios sedes das ADRs analisadas são: Rio do Sul, Ituporanga, Taió e Ibirama, que abrangem no total 31 municípios. O que se busca é verificar a existência de diferenças regionais nestas ADRs, o que será feito através de um levantamento dos principais indicadores socioeconômicos de todos os municípios que as compõem, ou seja, o objetivo foi o de compará-los uns com os outros dentro da mesma ADR, bem como uma ADR com a outra e também fazendo um comparativo com o resultado do Estado de Santa Catarina. Para realização da pesquisa utilizou-se a metodologia descritiva, documental e quantitativa. No capítulo de análise, traz-se um resumo que retrata historicamente as regiões e contribuem com a veracidade das informações, por isso, o foco da pesquisa se torna tanto histórico quanto geográfico. Para elaboração do referencial teórico e para obtenção de dados utilizou-se as informações do Atlas do Desenvolvimento Humano, do PNUD, bem como dados do IBGE e artigos relacionados ao desenvolvimento social.

Palavras-Chave: Indicadores Sociais; Políticas Públicas; Agência de Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

The Regional Development Agencies (ADRs), previously called Regional Development Secretariats (SDRs), were created with the mission of motivating the integration and participation of society in a planned way, implementing and executing public policies in the state of Santa Catarina. This article aims to analyze and compare the main socioeconomic development indicators of the ADRs located in the microregion of Vale do Itajaí - SC, from 2000 to 2010. Among the indicators, there are Population Index, the IDHM, income per capita and GINI index. The municipalities of the ADRs analyzed are: Rio do Sul, Ituporanga, Taió and Ibirama, which cover a total of 31 counties. What is sought is to verify the existence of regional differences in these ADRs, which will be done by means of a survey of the main socioeconomic indicators of all the municipalities that compose them, that is, the objective was to compare them with each other within of the same ADR, as well as one ADR with the other and also making a comparison with the result of the state of Santa Catarina. For the accomplishment of the research

¹ Tecnólogo em Gestão Pública pela Faculdade de Tecnologia Internacional (FATEC). Graduando do Curso de Engenharia Civil pela Faculdade Metropolitana de Rio do Sul - FAMESUL. E-mail: jgoncalves@casan.com.br

² Mestre em Desenvolvimento Regional pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), Bacharel em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). E-mail: anielleg20@gmail.com.

the descriptive, documental and quantitative methodology was used. In the chapter of analysis, a summary is presented that historically portrays the regions and contributes with the veracity of the information, therefore, the focus of the research becomes both historical and geographic. For the elaboration of the theoretical reference and to obtain data, the information used was of the Atlas of Human Development, of the PNUD, as well as IBGE data and articles related to social development.

Keys Word: Social Indicators; Public Policy; Regional Development Agency.

1 INTRODUÇÃO

A utilização de indicadores sociais e econômicos para a elaboração e avaliação de políticas públicas é imprescindível, uma vez que, elas se tornam base de sustentabilidade para estabelecer critérios e conseqüentemente executar suas ações. Pensar em ações que vão ao encontro do desenvolvimento sustentável, implica relacionar diretamente os indicadores, uma vez que, o desenvolvimento está ligado à vida das cidades, seja no ambiente rural ou no urbano. Em Santa Catarina, as Agências de Desenvolvimento Regional (ADRs), que substituíram as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), são responsáveis por motivar a integração e a participação da sociedade para, de forma planejada, implementar e executar políticas públicas no estado. ” (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2017).

O objetivo desta pesquisa é analisar os indicadores socioeconômicos dos municípios que abrangem as quatro ADR's da microrregião do Alto Vale do Itajaí – SC. São elas as Agências de Desenvolvimento Regional de Rio do Sul, Ituporanga, Taió e Ibirama, totalizando 31 municípios. Os indicadores utilizados são: População Total, população Rural e Urbana, Renda Per Capta, Coeficiente de Gini e Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM).

Essa pesquisa se justifica no sentido de conscientizar a sociedade como um todo, acerca de compreender a importância desses dados como indicativos de desenvolvimento social e humano. Nesse sentido, convergimos com Muhammad Yunus (apud FECAM, 2012)

A tecnologia da informação e da comunicação nos dá a esperança de um mundo livre de intermediários de poder e de conhecimento. O cidadão comum terá a mesma quantidade de informações que o líder do governo. A liderança terá que se basear em visão e integridade, ao invés de manipulação da informação.

Assim, o acompanhamento dos índices poderá provocar nos cidadãos e setores governamentais, o ensejo por mudanças sociais, bem como a busca por qualidade de vida.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste tópico serão apresentadas as teorias, conceitos e reflexões teóricas que embasam este artigo. A base teórica é o desenvolvimento regional, portanto serão abordados inicialmente alguns tópicos que a questão do desenvolvimento traz à tona. Posteriormente, será discutida a gestão social e o planejamento regional, para chegar na criação das Agências de Desenvolvimento Regional – ADRs. Por fim, serão definidos os conceitos dos indicadores socioeconômicos que serão utilizados na pesquisa.

2.1 Desenvolvimento Regional

O debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, pois muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos. Deve-se acrescentar que “apesar das divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se completam” (SCATOLIN, 1989, p.24). O conceito da palavra *desenvolvimento*, em variados contextos, propõe como meta o crescimento econômico atrelado a melhoria na qualidade de vida, ou seja, precisa abranger “[...] as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998, p. 205).

Para estudar a dinâmica socioeconômica das ADRs da microrregião do Alto Vale do Itajaí – SC, com vistas a verificar as diferenciações regionais, cabe definir o conceito de território, que, para Haesbaert (2004) é amplo e possui várias interpretações, dependendo da área da ciência que o conceitua. Partindo do campo geográfico, percebe-se que os autores dão maior ênfase à materialidade do território. Já a Ciência Política leva em consideração as relações de poder ligadas à concepção de Estado. As Ciências Econômicas, como um fator locacional ou base de produção. Antropologia enfatiza a dimensão simbólica através das sociedades. A Sociologia através da sua participação nas relações sociais, e a Psicologia através

da identidade pessoal até a escala do indivíduo. O foco desta pesquisa pode-se dizer que é tanto econômico, quanto geográfico.

Faz-se necessário também definir aqui, o que se entende por região. O conceito reside em algumas dificuldades, a primeira na delimitação, a qual nem sempre apresenta precisão. As fronteiras regionais não coincidem necessariamente com as administrativas. A segunda dificuldade se encontra na contiguidade, sendo assim o território regional não pode ser intercalado pelo território de outras regiões. A terceira reside no que estamos tratando neste artigo, a qual diz respeito a sua dinâmica de desenvolvimento (SOUZA, 1997). Sormani (1977, apud BREITBACH, 1988, p. 72) mostra que é a divisão territorial do trabalho que origina as regiões e

[...] impõe certos traços que diferenciam umas regiões das outras, tanto pelas condições especiais presentes em sua gênese e na desigualdade de seu desenvolvimento, como pelas modalidades que nelas assume a atividade produtiva caracterizada pelas relações sociais imperantes e pelo nível alcançado pelas forças produtivas.

Dentre os objetivos de uma política de desenvolvimento regional, destacam-se implementações de ações a fim de beneficiar aos municípios que abrangem determinadas áreas com condições necessárias de infraestrutura, crédito, tecnologia etc. que são promissoras para seu desenvolvimento. O ministério da Integração (2017) aponta ainda, a promoção da inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos e a melhoria da qualidade da vida em todas as regiões e o fortalecimento das organizações socioprodutivas regionais, com a ampliação da participação social e estímulo a práticas políticas de construção de planos e programas sub-regionais de desenvolvimento.

No entanto, medidas pontuais com vistas a curto prazo e outras determinações que visam resultados a médio e longo prazo devem ser planejadas pelos gestores, que darão condições de mudanças positivas no cenário local, como veremos a seguir.

2.2 Gestão Social

Devido a mudanças em determinadas estruturas é que o desenvolvimento local se torna possível, pois visa uma adequação à comunidade e ao território, em vinculação com a

industrialização, modernização e o crescimento econômico, surgindo, então, a preocupação com a sustentabilidade do local.

É perceptível cada mudança ocorrida em relação aos assuntos econômicos, sociais e ambientais, que transforma nitidamente as realidades locais de territórios e comunidades. Nesse sentido que surge a preocupação dos gestores com a garantia do bem-estar da população.

O desenvolvimento local/regional, com base na literatura atual, diverge em diversos conceitos e ideologias. Entretanto, quando um gestor planeja um projeto de desenvolvimento local, acima do conceito ou método adotado, necessita de uma gestão eficiente que possua estreita vinculação com os processos educativos que acontecem em dada comunidade através de uma mobilização democrática. Segundo Senhoras e Takeuchi (2005,) o local define onde acontece a relação para o estabelecimento das ações, mas, essas ações não podem ficar confinadas, pois, o desenvolvimento sustentável implica uma inclusão social que ultrapassa o local. Daí decorre uma relação clara entre o desenvolvimento local e a gestão.

Em Santa Catarina, com foco no desenvolvimento regional, o governo estabelece um planejamento baseado na descentralização de recursos e estratégias entrelaçado aos índices de desenvolvimento com objetivo de implantar e efetivar ações que culminarão em resultados positivos a esse desenvolvimento.

2.3 Planejamento Regional e as ADR's - (LEI DE CRIAÇÃO DAS ADRs)

As Agências de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina são fruto da organização da sociedade civil catarinense pensadas e criadas através de fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado. Por iniciativa do governo estadual, foram implantadas as Secretarias de Desenvolvimento Regional cuja finalidade é assistir as microrregiões catarinenses com uma política de descentralização governamental. Para Reina et al. (2010, p. 1), o processo de descentralização procura “[...] promover a transferência e a redistribuição do poder social, político e econômico, incorporando a aprovação dos processos de tomada de decisão acerca dos temas de interesse público”.

Mudanças no cenário de gestão política foram necessárias na administração direta do governo, para que esta política pública pudesse ser implementada e, nesse sentido, as *Secretarias de Desenvolvimento Regionais* conhecidas como SDRs, foram criadas em função

de uma reforma Administrativa implementada pelo Governo do Estado através da Lei Complementar, nº243, de 30 de janeiro de 2003; da Lei Complementar 284, de 29 de fevereiro de 2005; e da Lei Complementar 381 de 07 17 de maio de 2007).

Dessa forma, permite constituir uma descentralização da estrutura do Governo do Estado e, conseqüentemente, das ações governamentais para as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), que foram instituídas, na época, no total de 36 secretarias.

Em dezembro de 2015 através da Lei nº 16.795 o Governador do Estado de Santa Catarina, Raimundo Colombo, sanciona a lei que transforma as *Secretarias de Desenvolvimento Regionais* (SDRs) em *Agências de Desenvolvimento Regional* (ADRs). Uma das principais mudanças foi a criação dos Colegiados Regional de Governo comandado pelo secretário regional, com a participação de todos seus gerentes e os chefes dos órgãos do governo da administração direta e indireta, como CASAN, CELESC, FATMA, EPAGRI, CIDASC, Fazenda, delegados, comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e coordenadores da Defesa Civil, este grupo são os principais responsáveis por motivar a integração e a participação da sociedade de forma planejada, implementar e executar políticas públicas no estado, sempre objetivando o bem estar comum.

Através da Lei nº 16.795/2015 o governo altera de Secretarias de desenvolvimento Regionais para Agências de Desenvolvimento Regional permanecendo as 35 agências e o objeto de estudo deste artigo serão quatro destas agências: 12ª ADR - Rio do Sul, 13ª - ADR Ituporanga, 14ª - ADR Ibirama e 34ª - ADR Taió. Todas juntas totalizam 31 (trinta e um) municípios.



Figura 1 – Municípios que compõem a ADR de Ibirama.

Fonte: Governo de Santa Catarina (2017).



Figura 2 – Municípios que compõem a ADR de Ituporanga.

Fonte: Governo de Santa Catarina (2017).



Figura 3 – Municípios que compõem a ADR de Rio do Sul.
Fonte: Governo de Santa Catarina (2017).



Figura 4 – Municípios que compõem a ADR de Taió.
Fonte: Governo de Santa Catarina (2017).

2.4 – Indicadores Socioeconômicos

Desde a segunda década do século XX há a utilização de indicadores sociais, mas é a partir de 1960 que recebeu o status científico à elaboração de instrumentos para a mensuração do bem-estar e da mudança social. No entanto, deve-se salientar que um indicador social é um conceito que reflete uma medida quantitativa, ou seja, uma parcela representativa da realidade, por isso a denominação de indicador (JANUZZI, 2002).

Com suporte financeiro, conceitual e metodológico de organismos multilaterais, os indicadores sociais têm sido utilizados cada vez mais com interesse programático, sendo um requisito primordial para a tomada de decisão aos dirigentes diretos da administração pública.

Essa constatação pode ser percebida através das propostas indicadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), cujo projeto foi denominado de Objetivos do Milênio (ODM), que gerou o compromisso de 191 países-membros ligados a ONU para buscar o desenvolvimento humano sustentável pelos governos, setor privado e sociedade civil.

Conforme conceitua Ferreira, Cassiolato e Gonzales (2007, p24) a respeito do significado de indicador:

O indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado.

Nesse sentido, assinala-se, por exemplo, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) correspondente ao valor dos bens e serviços finais produzidos no país e região – que persistiam altos os níveis de pobreza e acentuavam-se as desigualdades sociais em vários países e esse recurso metodológico ajudou os países a buscar medidas sociais de mudança no cenário que viviam.

A Constituição Federal de 1988, traz as informações sociais e demográficas essenciais que servem de parâmetro para a formulação de políticas públicas não apenas no território nacional, mas especificamente m âmbito municipal.

Januzzi (2012, p. 18) assinala que,

Diversos municípios de médio e grande porte passaram a demandar com maior frequência uma série de indicadores sociodemográficos às agências estatísticas, empresas de consultoria e outras instituições ligadas ao planejamento público. Afinal, indicadores de nível municipal são necessários para subsidiar a elaboração de planos diretores de desenvolvimento urbano,

de planos plurianuais de investimentos, para permitir a avaliação dos impactos ambientais decorrentes da implantação de grandes projetos, para justificar o repasse de verbas federais para implementação de programas sociais ou, ainda, pela necessidade de disponibilizar equipamentos ou serviços sociais para públicos específicos, por exigência legal (para portadores de deficiência, por exemplo) ou por pressão política da sociedade local (melhoria dos serviços de transporte urbano, por exemplo).

Com base na afirmação de Januzzi, pode-se considerar que a criação das ADR's faz jus a seu objetivo e que ações devem ser planejadas pelos gestores que necessariamente utilizarão de índices e indicadores como orientação para este fim.

2.4.1 Índices Populacionais

Com o objetivo de estudar a dinâmica da população humana a demografia busca analisar por meios de estatísticas, sempre buscam critérios como, religião, educação, etnia e outros critérios que são influenciados por fatores como taxa de natalidade, fecundidade e migrações.

O termo “demografia” foi usado pela primeira vez em 1855 por Achille Guillard no livro intitulado “*Éléments de statistique humaine ou démographie comparée*”. Seu objetivo é estudar a estrutura da população, seu arranjo espacial ou forma como a população está distribuída no meio físico (urbano, rural) e sua composição, que pode ser estudado levando-se em consideração a faixa etária, o sexo, ou outras características da população.

O chamado “movimento da população” também constitui objeto de estudo da demografia. Através de cálculos e estatísticas são estudados os fenômenos da mortalidade, natalidade e movimentos migratórios, todos estes influenciados por diversos fatores como educação, saneamento, e etc.

A importância do estudo da demografia consiste no fato da população ser um elemento político essencial que caracteriza uma sociedade e que, conseqüentemente, tornam-se necessários compreender a fim de tornar possível o planejamento econômico, social, cultural ou político.

2.4.2 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

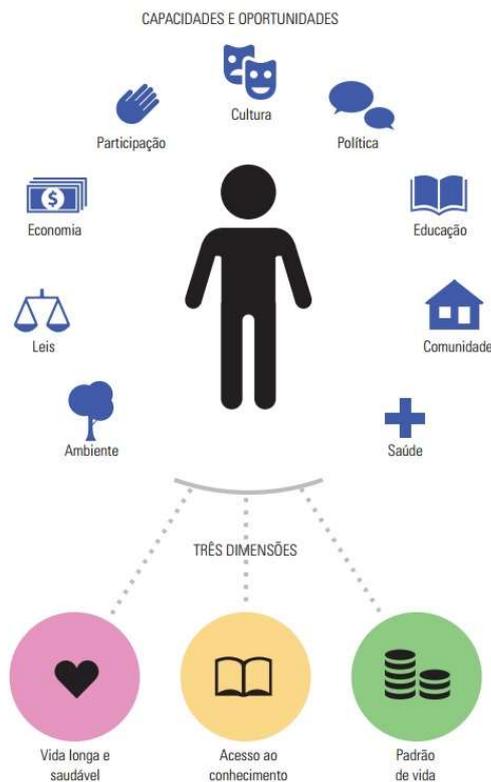


Figura 5 – As três Dimensões do IDH
Fonte: IPEA

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) bem como seu conceito, foram apresentados em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com o apoio do economista Amartya Sen. A disseminação e o aumento da abordagem, bem como maior interesse em desenvolvimento humano se deu com a criação e adoção do IDH como medida do grau de desenvolvimento humano de um país, em alternativa ao Produto Interno Bruto (PIB). O IDH reúne três requisitos importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – *saúde* –, de ter acesso ao conhecimento – *educação* –, e de poder desfrutar de um padrão de vida digno – *renda*.

Com o objetivo de retratar mais de perto a realidade da população brasileira em 2012, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro assumiram a responsabilidade de adaptar o IDH e calcular o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal). Esse cálculo foi realizado a partir das informações dos três últimos Censos Demográficos do IBGE – 1991, 2000

e 2010 levando em consideração os municípios existentes em 2010, levando em conta as mesmas três dimensões do IDH, Uma vida longa e saudável é medida pela esperança de vida ao nascer, acesso ao conhecimento é medido pela escolaridade da população jovem e adulta, já o padrão de vida digno tem como base o resultado da renda média per capita, assim como o IDH o índice varia de 0(zero) a 1(um) quanto mais próximo a 1 um melhor o desenvolvimento humano do município.

2.4.3 Renda Per Capta

Em termos conceituais, a Renda Per Capita é considerada o Valor médio agregado por indivíduo, em moeda atual e com os preços de mercado, dos bens e serviços finais produzidos em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Com isso se consegue medir a produção do conjunto dos setores da economia por habitante e indica o nível de produção econômica em um território, em relação ao seu contingente populacional.

Tal medida não é perfeita e pode ser criticada de diferentes maneiras: em primeiro lugar, esse indicador não considera a questão da efetiva distribuição de renda interna a cada área analisada; em segundo, tem o grande defeito de ser unidimensional, isto é, não capta outros aspectos importantes do desenvolvimento, tais como as questões da educação, da saúde e do meio ambiente (DEBRAJ, 1998, p.43).

Se acusar valores muito baixos, é característico aparecer a existência de segmentos sociais com precárias condições de vida. Assim, pode contribuir para a análise da situação social, identificando espaços cujo desempenho econômico pode demandar mais atenção para investimentos na área social.

2.4.4 Coeficiente de Gini

O índice de Gini ou coeficiente de Gini como também é conhecido é um cálculo usado para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912. Os dados são apresentados entre o número 0 e o número 1, onde zero corresponde um cenário ideal (onde todos detêm a mesma renda per capita), e no outro lado o número 1 (um) que corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas, onde a minoria detém a maioria da renda, o que é a realidade de muitos países. Em suma podemos dizer que quanto mais próximos

de 0 maior é a igualdade de um determinado grupo de pessoas. O coeficiente de Gini em alguns países também pode ser apresentado em pontos percentuais (coeficiente x 100). Desta forma, o coeficiente de Gini do Brasil em 2014 seria de 49,0.

3 METODOLOGIA

Metodologicamente, este artigo trata-se de uma pesquisa descritiva, que fará observações, registros e análises, a ordenação de dados, sem efeito manipulatório, isto é, sem a interferência do pesquisador em tais dados. (PINTO, 2010). Para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando diversos materiais, como livros artigos científicos e outros meios físicos e eletrônicos de informação, permitindo mostrar as principais ideias e conceitos acerca da temática:

Segundo Marconi e Lakatos (2008, p.57):

[...] a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: radio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

Além disso, a pesquisa também é *Pesquisa Documental*, pois serão utilizados documentos atuais e históricos, cientificamente comprobatórios devido a sua autenticidade e que validarão esta pesquisa, pois possibilita comparar fatos e estabelecer certas características inerentes ao tema. Fonseca (2002, p32), define a importância dessa metodologia no campo acadêmico:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

A *Pesquisa Quantitativa*, por sua vez, é usada neste contexto, pois serão utilizados dados estatísticos de modo a enriquecer e comprovar dados trazidos por esta pesquisa. Segundo Richardson (1999), a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação, por

coletar informações e por utilizar meio de técnicas estatísticas e busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estatísticos, com análise de um grande número de casos representativos. Como, na pesquisa quantitativa, as respostas de alguns problemas podem ser inferidas para o todo, então, a amostra deve ser muito bem definida; caso contrário, podem surgir problemas ao se utilizar a solução para o todo (MALHOTRA, 2001).

4. ANALISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DAS ADR's DA MICRORREGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - SC

Neste tópico serão apresentados os dados coletados na pesquisa referente aos indicadores socioeconômicos das ADRs analisadas. Inicialmente será apresentado uma breve contextualização histórico-geográfica, que tem por objetivo situar aspectos relevantes sobre a microrregião.

4.1 Contextualização Histórico- Geográfica

O Alto Vale do Itajaí é uma região localizada no centro de Santa Catarina, sendo Rio do Sul seu principal município. É, ainda, uma região pouco explorada pelo turismo, mas oferece bons atrativos como os esportivos rafting e canoagem bem como o turismo rural.

O Vale assenta-se sobre uma área formada por um dos mais extensos derramamentos vulcânicos do período Mesozóico (cerca de 250 milhões de anos) e faz parte do complexo do Serra do Mar. A Mata Atlântica desenvolve-se sobre um substrato rochoso de ardósia, de fácil fratura, o que propicia o aparecimento de penhascos onde, em muitos casos, existem magníficas cachoeiras.

O Alto Vale do Itajaí situa-se a centro do estado de Santa Catarina e faz parte de uma região do Brasil onde ocorreu um intenso derramamento vulcânico há 250 milhões de anos; em seu substrato rochoso é comum encontrarmos a ardósia, muito utilizada como piso decorativo. Esta rocha fragmenta-se facilmente e, no decorrer do tempo, formou-se precipícios com magníficas cachoeiras, algumas com 130m. Somente no município de Presidente Getúlio existem cerca de 140 cachoeiras. O clima predominante é o mesotérmico úmido com verão quente.

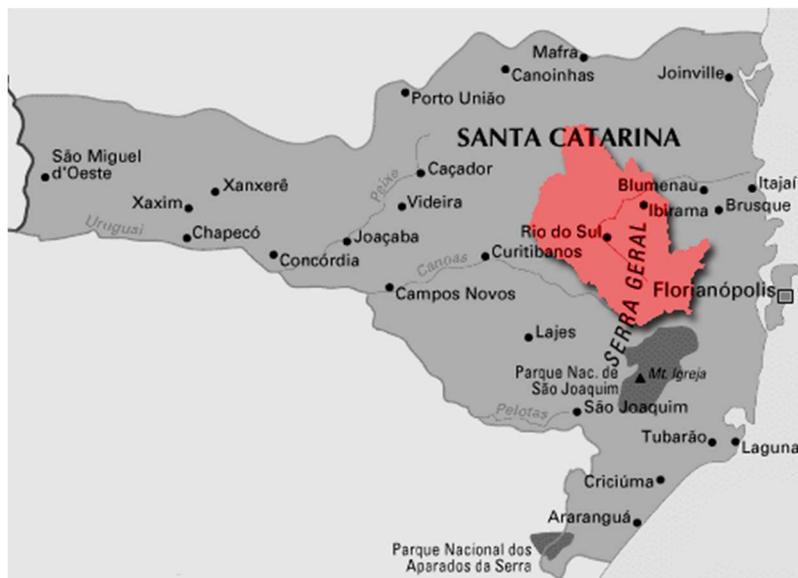


Figura 5 – Mapa de Santa Catarina, com destaque para a Microrregião do Alto Vale do Itajaí

FONTE: AMAVI (2017)

A bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu, abrange 15.000km², onde estão localizadas 52 pequenas e médias cidades, em cujos municípios prevalecem pequenas propriedades agrícolas, entre 10 a 30 hectares. O Rio Itajaí-Açu é formado pela junção do Rio Itajaí do Sul e Rio Itajaí do Oeste, no município de Rio do Sul, recebendo ainda as águas do Rio Itajaí do Norte em Ibirama e rio Itajaí-Mirim na cidade de Itajaí. Essa grande bacia hidrográfica, formada por milhares de pequenos afluentes, lança suas águas no Oceano Atlântico na divisa dos municípios de Itajaí e Navegantes.

Esse histórico remete a uma observação que integra a funcionalidade das ADR's, que é um território relativamente grande, que compõe municípios de pequenos e médio porte, mais especificamente de área rural, e que na descentralização de recursos pode minimizar problemas não apenas geográficos, mas de população, renda e educação.

4.2 População Total, População Rural e Urbana

O primeiro indicador analisado é a população total. Os resultados estão apresentados no quadro 1, a seguir.

POPULAÇÃO TOTAL ADRs.

ADR - RIO DO SUL	Crescimento populacional entre 2000 e 2010	% na ADR em 2010	População total (2000)	População total (2010)
Agrolândia (SC)	19,37%	7,93%	7.810	9.323
Agronômica (SC)	15,20%	4,32%	4.257	4.904
Braço do Trombudo (SC)	8,47%	3,23%	3.187	3.457
Laurentino (SC)	18,61%	5,14%	5.062	6.004
Rio do Oeste (SC)	5,35%	6,83%	6.730	7.090
Rio do Sul (SC)	18,49%	52,42%	51.650	61.198
Trombudo Central (SC)	13,08%	5,88%	5.795	6.553
Total ADR de Rio do Sul	16,61	-	84.491	98.529
ADR - IBIRAMA	Crescimento populacional entre 2000 e 2010	% na ADR em 2010	População total (2000)	População total (2010)
Apiúna (SC)	12,68%	11,90%	8.520	9.600
Dona Emma (SC)	12,45%	4,62%	3.309	3.721
Ibirama (SC)	9,67%	22,07%	15.802	17.330
José Boiteux (SC)	2,76%	6,42%	4.594	4.721
Lontras (SC)	22,23%	11,71%	8.381	10.244
Presidente Getúlio (SC)	20,71%	17,23%	12.333	14.887
Presidente Nereu (SC)	-0,91%	3,22%	2.305	2.284
Vitor Meireles (SC)	-5,65%	7,71%	5.519	5.207
Witmarsum (SC)	10,74%	4,54%	3.251	3.600
Total ADR de Ibirama	11,84	-	64.014	71.594
ADR - ITUPORANGA	Crescimento populacional entre 2000 e 2010	% na ADR em 2010	População total (2000)	População total (2010)
Alfredo Wagner (SC)	6,24%	13,68%	8.857	9.410
Atalanta (SC)	-3,76%	5,29%	3.429	3.300
Aurora (SC)	1,37%	8,45%	5.474	5.549
Chapadão do Lageado (SC)	7,85%	3,95%	2.561	2.762
Imbuia (SC)	8,79%	8,10%	5.246	5.707
Ituporanga (SC)	14,15%	30,10%	19.492	22.250
Leoberto Leal (SC)	-10,00%	5,77%	3.739	3.365
Petrolândia (SC)	-4,29%	9,89%	6.406	6.131
Vidal Ramos (SC)	-3,87%	10,10%	6.543	6.290
Total ADR de Ituporanga	4,89	-	61.747	64.764
ADR - Taió	Crescimento populacional entre 2000 e 2010	% na ADR em 2010	População total (2000)	População total (2010)
Mirim Doce (SC)	-8,72%	4,84%	2.753	2.513
Pouso Redondo (SC)	21,36%	21,44%	12.203	14.810
Rio do Campo (SC)	-5,06%	11,46%	6.522	6.192

Salete (SC)	2,89%	12,59%	7.163	7.370
Santa Terezinha (SC)	-0,83%	15,53%	8.840	8.767
Taió (SC)	6,17%	28,57%	16.257	17.260
Total ADR de Taió	5,91	-	53.738	56.912

Quadro 01 – Índice populacional dos municípios por ADR.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Ao analisarmos os dados populacionais dos municípios percebemos os mais variados comportamentos, as cidades que já eram mais populosas continuaram com este aumento no período analisado, como é o caso de ADR de Rio do Sul que teve o crescimento de 16,61%, seguida pela ADR de Ibirama com 11,84%, ADR de Taió com 5,91% e em último ficou a ADR de Ituporanga com o menor crescimento entre as quatro que foi de 4,89%. A busca por uma estabilidade continua trazendo a população para os grandes centros a procura de melhores empregos.

A cidade que mais cresceu neste período foi de Lontras com 22,23%, um fator muito importante é a sua proximidade com Rio do Sul onde a oferta de emprego é bem maior e sua a mobilidade urbana já está comprometida. Outro fator que devemos citar é o valor dos terrenos e apartamentos que estão elevados em relação aos outros municípios próximos, e isso não só ocorreu com Lontras, mas também com Laurentino e Agronômica com um aumento de 18,6% e 15,20% respectivamente.

Na contramão deste crescimento em primeiro lugar aparece o município de Leoberto Leal que pertence a ADR de Ituporanga com um decréscimo de 10,00% e em segundo vem Mirim Doce que faz parte da ADR de Taió com -8,72%, ainda são muito ausentes os incentivos e são poucas e falhas as Políticas Públicas para que estas pessoas permaneçam em cidades menores.

Na tabela abaixo temos um comparativo das quatro ADRs analisadas no período em relação ao estado de Santa Catarina e ao Brasil, o que podemos perceber é que todas as ADR's tiveram crescimento, porém as ADRs de Taió, Ituporanga e Ibirama ficaram abaixo da média nacional, já a de Rio do Sul ficou na casa dos 16% junto com a média do estado de Santa Catarina.

	População total (2000)	População total (2010)	% de Crescimento
Brasil	169.798.885	190.755.799	12,34%
Santa Catarina	5.356.360	6.248.436	16,65%

Total ADR - Rio do Sul	84.491	98.529	16,61%
Total ADR - Ibirama	64.014	71.594	11,84%
Total ADR - Ituporanga	61.747	64.764	4,89%
Total ADR - Taió	53.738	56.912	5,91%

Tabela 1 – População das ADR's em relação ao Estado e País

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

4.2.1 POPULAÇÃO URBANA E RURAL NAS ADRs em 2000 e 2010

	População rural (2000)	População urbana (2000)	Total 2000	% Rural 2000	% Urbana 2000
Brasil	31.844.926	137.953.959	169.798.885	18,75%	81,25%
Santa Catarina	1.138.429	4.217.931	5.356.360	21,25%	78,75%
Total ADR - Rio do Sul	19.927	64.564	84.491	23,58%	76,42%
Total ADR - Ibirama	28.797	35.217	64.014	44,99%	55,01%
Total ADR - Ituporanga	38.986	22.761	61.747	63,14%	36,86%
Total ADR - Taió	30.312	23.426	53.738	56,41%	43,59%
	População rural (2010)	População urbana (2010)	Total 2010	% Rural 2010	% Urbana 2010
Santa Catarina	1.000.523	5.247.913	6.248.436	16,01%	83,99%
Brasil	29.830.007	160.925.792	190.755.799	15,64%	84,36%
Total ADR - Rio do Sul	20.164	78.365	98.529	20,47%	79,53%
Total ADR - Ibirama	28.367	43.227	71.594	39,62%	60,38%
Total ADR - Ituporanga	35.900	28.864	64.764	55,43%	44,57%
Total ADR - Taió	27.590	29.322	56.912	48,48%	51,52%

Quadro 02 – População rural e urbana das ADR's em relação ao Estado e País

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

No quadro 02 demonstramos um comparativo dos números entre a população Rural e Urbana em que todas as ADRs mantiveram o mesmo perfil com poucas variações no período analisado. Algumas regiões destacam-se com a população mais rural como a ADR de Ituporanga e Taió, ambas diminuíram o número de pessoas na área rural, Ituporanga teve sua população rural reduzida de 63,14% em 2000 para 53,43% no ano de 2010. Taió passou de 56,41% da população morando no campo em 2000 para 48,48% no ano de 2010, na outra ponta da tabela com os dados mostrando o aumento da população urbana continua a ADR de Taió que passou de 64.564 mil pessoas em 2000 para 78.365 mil em 2010.

4.3 Renda Per Capta

ADR - RIO DO SUL	Renda per capita em R\$ (2000)	Renda per capita em R\$ (2010)	Diferença em %
Agrolândia (SC)	411,89	739,1	79,44%
Agronômica (SC)	511,95	985,65	92,53%
Braço do Trombudo (SC)	461,35	941,12	103,99%
Laurentino (SC)	693,78	810,58	16,84%
Rio do Oeste (SC)	536,84	957,34	78,33%
Rio do Sul (SC)	766,54	1114,31	45,37%
Trombudo Central (SC)	536,85	905,3	68,63%
Média ADR de Rio do Sul	559,89	921,91	64,66%
ADR - IBIRAMA	Renda per capita em R\$ (2000)	Renda per capita em R\$ (2010)	Diferença em %
Apiúna (SC)	478,41	776,69	62,35%
Dona Emma (SC)	558,02	918,49	64,60%
Ibirama (SC)	604,5	844,25	39,66%
José Boiteux (SC)	435,55	580,97	33,39%
Lontras (SC)	474,87	773,05	62,79%
Presidente Getúlio (SC)	595,29	928,86	56,03%
Presidente Nereu (SC)	351,83	934,37	165,57%
Vitor Meireles (SC)	453,27	599,02	32,16%
Witmarsum (SC)	465,45	796,45	71,11%
Média ADR de Ibirama	490,80	794,68	61,92%
ADR - ITUPORANGA	Renda per capita em R\$ (2000)	Renda per capita em R\$ (2010)	Diferença em %
Alfredo Wagner (SC)	521,78	630,54	20,84%
Atalanta (SC)	542,07	781,32	44,14%
Aurora (SC)	536,69	841,85	56,86%
Chapadão do Lageado (SC)	308,15	549,08	78,19%
Imbuia (SC)	464,85	688,57	48,13%
Ituporanga (SC)	555,26	844,05	52,01%
Leoberto Leal (SC)	373,99	800,32	114,00%
Petrolândia (SC)	463,81	799,56	72,39%
Vidal Ramos (SC)	414,25	744,1	79,63%
Média ADR de Ituporanga	464,54	742,15	59,76%
ADR – Taió	Renda per capita em R\$ (2000)	Renda per capita em R\$ (2010)	Diferença em %
Mirim Doce (SC)	356,54	560,66	57,25%
Pouso Redondo (SC)	466,09	742,15	59,23%
Rio do Campo (SC)	439,91	803,46	82,64%
Salete (SC)	457,69	784,32	71,36%
Santa Terezinha (SC)	319,84	421,9	31,91%
Taió (SC)	571,94	848,34	48,33%
Total ADR de Taió	435,34	693,47	59,30%

Quadro 03 – Renda dos Municípios por ADR.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

	Renda per capita em R\$ (2000)	Renda per capita em R\$ (2010)	Diferença %
Brasil	592,46	793,87	34,00%
Santa Catarina	693,82	983,9	41,81%
Total ADR - Rio do Sul	559,89	921,91	64,66%
Total ADR - Ibirama	490,80	794,68	61,92%
Total ADR - Ituporanga	464,54	742,15	59,76%
Total ADR - Taió	435,34	693,47	59,30%

Tabela 02 – Renda das ADR's em relação ao Estado e País

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Em relação a renda per capita em todas as ADRs houve um crescimento bastante significativo na grande maioria dos municípios, ficando inclusive acima da média do estado de Santa Catarina que foi de 41,81%. As quatro ADRs tiveram uma média de crescimento de quase o dobro da média nacional, como por exemplo, a média da ADR de Rio do Sul fechou o ano de 2010 em 61,92%, já a média nacional foi de 34,00%, contudo, houve municípios, como é o caso de Santa Teresinha e Vitor Meireles que fazem parte da ADR de Taió e Ibirama respectivamente, que ficaram abaixo da média nacional, Santa Teresinha com 31,94% e Vitor Meireles 32,16%.

4.4 Coeficiente de Gini e IDHM

ADR - RIO DO SUL	Índice de Gini (2000)	Índice de Gini (2010)	% entre 2000 e 2010	IDHM (2000)	IDHM (2010)	% entre 2000 e 2010
Agrolândia (SC)	0,46	0,36	-22%	0,593	0,725	22,26%
Agronômica (SC)	0,47	0,47	0%	0,602	0,741	23,09%
Braço do Trombudo (SC)	0,43	0,36	-16%	0,625	0,78	24,80%
Laurentino (SC)	0,52	0,36	-31%	0,659	0,749	13,66%
Rio do Oeste (SC)	0,44	0,47	7%	0,637	0,754	18,37%
Rio do Sul (SC)	0,51	0,45	-12%	0,698	0,802	14,90%
Trombudo Central (SC)	0,49	0,44	-10%	0,657	0,775	17,96%
Média ADR de Rio do Sul	0,47	0,42	-12%	0,639	0,761	19,12%
ADR - IBIRAMA	Índice de Gini (2000)	Índice de Gini (2010)	% entre 2000 e 2010	IDHM (2000)	IDHM (2010)	% entre 2000 e 2010
Apiúna (SC)	0,47	0,39	-17%	0,578	0,708	22,49%
Dona Emma (SC)	0,62	0,46	-26%	0,639	0,742	16,12%
Ibirama (SC)	0,47	0,37	-21%	0,655	0,737	12,52%
José Boiteux (SC)	0,57	0,44	-23%	0,564	0,694	23,05%
Lontras (SC)	0,44	0,37	-16%	0,614	0,704	14,66%
Presidente Getúlio (SC)	0,45	0,41	-9%	0,672	0,759	12,95%

Presidente Nereu (SC)	0,4	0,5	25%	0,55	0,737	34,00%
Vitor Meireles (SC)	0,56	0,52	-7%	0,539	0,673	24,86%
Witmarsum (SC)	0,58	0,43	-26%	0,614	0,71	15,64%
Média ADR de Ibirama	0,51	0,43	-15%	0,603	0,718	19,15%
ADR - ITUPORANGA	Índice de Gini (2000)	Índice de Gini (2010)	% entre 2000 e 2010	IDHM (2000)	IDHM (2010)	% entre 2000 e 2010
Alfredo Wagner (SC)	0,58	0,46	-21%	0,548	0,668	21,90%
Atalanta (SC)	0,5	0,44	-12%	0,599	0,733	22,37%
Aurora (SC)	0,48	0,4	-17%	0,601	0,733	21,96%
Chapadão do Lageado (SC)	0,44	0,43	-2%	0,49	0,704	43,67%
Imbuia (SC)	0,43	0,47	9%	0,551	0,713	29,40%
Ituporanga (SC)	0,47	0,43	-9%	0,633	0,748	18,17%
Leoberto Leal (SC)	0,49	0,49	0%	0,536	0,686	27,99%
Petrolândia (SC)	0,53	0,47	-11%	0,586	0,716	22,18%
Vidal Ramos (SC)	0,47	0,41	-13%	0,57	0,7	22,81%
Média ADR de Ituporanga	0,49	0,44	-9%	0,568	0,711	25,17%
ADR - Taió	Índice de Gini (2000)	Índice de Gini (2010)	% entre 2000 e 2010	IDHM (2000)	IDHM (2010)	% entre 2000 e 2010
Mirim Doce (SC)	0,71	0,39	-45%	0,612	0,708	15,69%
Pouso Redondo (SC)	0,52	0,43	-17%	0,589	0,72	22,24%
Rio do Campo (SC)	0,51	0,5	-2%	0,581	0,729	25,47%
Salete (SC)	0,53	0,43	-19%	0,643	0,744	15,71%
Santa Terezinha (SC)	0,64	0,48	-25%	0,534	0,669	25,28%
Taió (SC)	0,53	0,43	-19%	0,64	0,761	18,91%
Total ADR de Taió	0,57	0,44	-23%	0,600	0,722	20,34%

Quadro 04 – Índice de Gini e IDHM dos Municípios por ADR.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Com base nas literaturas o Coeficiente de Gini indica que, quanto mais seu resultado se aproxima de 0 (zero) melhor é a distribuição de renda de um determinado grupo de pessoas, ou seja, representa uma sociedade totalmente igualitária, mas se o resultado se aproximar de 1 (um) significa uma que uma pequena parcela de pessoas detem a maioria da renda sendo assim uma sociedade totalmente desigual.

Embora o estado de Santa Catarina apresente um dos melhores índices do país, entre 2000 e 2010 reduzimos de 0,56 para 0,49, mas se pensarmos em uma total distribuição de renda ainda estamos longe de nos aproximarmos de 0 (zero), o que seria uma total distribuição da renda com a melhor configuração de igualdade social. Ao compararmos os resultados médios

das ADRs em 2000 apenas a ADR de Taió apresentou a média superior que o estado de Santa Catarina que foi de 0,56 e as outras três ADRs com resultados positivos já estavam com os números abaixo da média estadual, contudo ao passar de 10 anos, em 2010 os resultados apresentaram uma melhora de todas as ADRs e ficaram abaixo dos 0,49 que apresentou o estado.

Com o IDHM os resultados não foram tão positivos pois tanto em 2000 quanto 2010 a média do índices não alcançaram a média do estado, isso mostra que precisamos avançar nos tres principais quisitos analisados para compor o IDHM, que são Saúde , Educação e Renda.

Na tabela 03 apresentamos um resumo dos resultados das ADRs, trazendo a média e comparando com a média nacional e do estado de Santa Cartarina.

	Índice de Gini (2000)	Índice de Gini (2010)	IDHM (2000)	IDHM (2010)
Brasil	0,64	0,60	0,612	0,727
Santa Catarina	0,56	0,49	0,674	0,774
Total ADR - Rio do Sul	0,47	0,42	0,639	0,761
Total ADR - Ibirama	0,51	0,43	0,603	0,718
Total ADR - Ituporanga	0,49	0,44	0,568	0,711
Total ADR - Taió	0,57	0,44	0,600	0,722

Tabela 03 – Renda das ADR's em relação ao Estado e País

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se no decorrer desta pesquisa, explicar a importância dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico, para avaliação do nível de desenvolvimento dos municípios que compõem as quatro ADRs localizadas na região do Alto Vale do Itajaí – SC, no período de 2000 a 2010.

Dentre um vasto conjunto de indicadores possíveis, optou-se por analisar apenas quatro. São estes: População total e população Rural e Urbana; Renda per capita, Coeficiente de Gini e índice de Desenvolvimento Humano – DHM. O objetivo foi o de compará-los uns com os outros dentro da mesma ADR, bem como uma ADR com a outra e também fazendo um comparativo com o resultado do Estado de Santa Catarina.

Com base no primeiro conjunto de dados obtidos, população total e população rural e urbana, podemos concluir que os municípios que tiveram um aumento na sua população são os que estão

mais próximos das cidades maiores, é um resultado característico da busca de novas oportunidades de emprego de uma melhor qualidade de vida. A ADR que mais se destacou foi a ADR de Rio do Sul, com um aumento de 2000 para 2010 de 16,61%. Já o município que apresentou maior crescimento populacional no período foi o de Lontras, que cresceu 22,23%, município este que pertence à ADR de Ibirama. Pode-se verificar também que a ADR de Ituporanga foi a que menos cresceu, tendo um aumento populacional de 4,89% no período todo. O município de Mirim Doce foi o que mais preocupou-se, pois obteve um decréscimo da população de 8,72%.

Quanto a população rural e urbana, verificou-se que a ADR mais rural é a de Ituporanga e a mais urbana é a de Rio do Sul. Mas as quatro ADRs mostraram crescimento da população na área urbana e, conseqüentemente, diminuição da população na área rural. A mecanização no meio rural é um dos fatores para essa fuga do campo para os grandes centros. Com o intuito de incentivar o produtor rural a permanecer no campo temos em Santa Catarina algumas políticas públicas e alguns programas governamentais, o projeto Acolhida na Colônia, a venda de produtos coloniais nos centros, são programas que corroboram para a diminuição da saída do campo para a cidade.

Sobre o indicador Renda Per Capta, novamente há um destaque para a ADR de Rio do Sul com o valor de R\$ 921,91 no ano de 2010, o que representou um aumento de 64,66% em relação à 2000. A ADR de Taió possui a menor renda per capita, R\$ 693,47.

A busca por oportunidades e de melhor qualidade de vida nos centros acabam criando um outro problema, pois a maioria das cidades não estão preparadas para receber esta população e não conseguem oferecer o básico, então temos um crescimento desordenado sem infraestrutura sem saneamento básico, hospitais lotados, creches, escolas, tudo isso é uma das principais características de algumas regiões do Brasil e em Santa Catarina não é diferente.

É o que pode-se perceber ao analisar indicadores como o Coeficiente de Gini e o IDHM. Ao compararmos os resultados médios das ADRs em 2000 apenas a ADR de Taió apresentou a média superior que o estado de Santa Catarina, sendo 0,56 e as outras três ADRs com resultados positivos já estavam com números abaixo da média estadual, contudo ao passar de 10 anos, em 2010 os resultados apresentaram uma melhora de todas as ADRs e ficaram abaixo dos 0,49 que apresentou o estado. Com o IDHM os resultados não foram tão positivos pois tanto em 2000 quanto 2010 a média do índices não alcançaram a média do estado, isso mostra que precisamos avançar nos tres principais quisitos analisados para compor o IDHM, que são Saúde, Educação e Renda.

Quando olhamos apenas para os números percebemos basicamente uma melhora ao longo do período em todos os quatro índices analisados, principalmente se compararmos aos resultados médios do Brasil, mas se pensarmos em uma região com melhor qualidade de vida, estamos muito aquém de uma sociedade mais igualitária, com a renda bem distribuída com a população melhor assistida em termos de saneamento básico e infraestrutura, é preciso investir através de políticas públicas numa educação de qualidade, incentivando e qualificando professores, para que por eles comecemos a mudar a nossa sociedade.

Pretendeu-se, com esta pesquisa, levantar dados sobre as quatro ADRs que compõem a região do Alto Vale do Itajaí – SC, com vistas a auxiliar na gestão pública. Afinal, estes dados mostram que há uma evidente disparidade entre municípios e ADRs vizinhas. Cabe agora, com os dados em mãos, a criação e gestão de políticas públicas eficazes no combate às desigualdades de renda e qualidade de vida, apontadas neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ. **Índices Populacionais**. Disponível em <<https://www.amavi.org.br/>>. Acesso em 22 de maio de 2017.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. **Indicadores Socioeconomicos**. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em 22 de mai de 2017.

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre- RS, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

COMPÊNDIO PARA A SUSTENTABILIDADE. **As metas do milênio da ONU**. Disponível em <<http://www.institutoatkwjh.org.br/compendio/?q=node/19>>. Acesso em 22 de mai de 2017.

CUSINATO, Rafael T.; MINELLA, André. ; PÔRTO JÚNIOR, S.S. **Hiato do Produto e PIB no Brasil**: Uma Análise de Dados em Tempo Real. In: XXXVII Encontro Nacional de Economia da Anpec, 2009, Foz do Iguaçu. XXXVII Encontro Nacional de Economia da Anpec, 2009.

ENCICLOPEDIA LIVRE. **Alto Vale do Itajaí**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Alto_Vale_do_Itaja%C3%AD>. Acesso em 22 de mai de 2017.

FEDERAÇÃO CATARINENS DE MUNICÍPIOS. **Indicadores.**

<<http://indicadores.fecam.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/620/ano/2017>>. Acesso em 10 de jun de 2017.

FERREIRA, Helder ; CASSIOLATO, Martha ; GONZALEZ, Roberto. **Como Elaborar Modelo Lógico de Programa**: um roteiro básico. Brasília: Ipea , fevereiro de 2007.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Agências Regionais**. Disponível em:

<<http://www.sc.gov.br/index.php/governo/agenciasregionais>>. Acesso em 22 de mai de 2017.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_introducao. Acesso 30/06/2017

JANNUZZI, P.M. **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro 36 (1):51-72. Jan/Fev. 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO. **Desenvolvimento Regional**. Disponível em

http://www.mi.gov.br/pndr_objetivos>. Acesso em 22 de mai de 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/ O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. _____, Francisco de. **A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PORTAL DE PESQUISAS TEMÁTICAS E EDUCACIONAIS. **Indicadores de GINI**. Disponível em <http://www.suapesquisa.com/economia/coeficiente_gini.html>. Acesso em 22 de mai de 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM>. Acesso em 22 de mai de 2017.

REINA, D.; SANTOS, G. K dos.; FORTUNATO, S. M.; REINA, D. R. M.; ENSSLIN, S. R. **O processo de descentralização procura promover a transferência e a redistribuição do poder social, político e econômico, incorporando a aprovação dos processos de tomada de decisão acerca dos temas de interesse público.** Disponível em: . Acesso em: 06 jan. 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SCATOLIN, Fábio Dória. **Indicadores de desenvolvimento:** um sistema para o Estado do Paraná. Porto Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do rio Grande do Sul.

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO. **LEIS COMPLEMENTARES.** Disponível em <http://www.sea.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=40&lang=>>. Acesso em 10 de jun de 2017.

SENHORAS, Elói; TAKEUCHI, Kelly Pereira. **A Gestão pública entre a competição e a solidariedade:** desvendando as estratégias do desenvolvimento local. Anais. Segundo Simpósio de Excelência em Gestão e tecnologia – SEGeT – 2005.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia.** São Paulo: Saraiva, 1998.